



**ANEXO III – PAGAMENTO DA CONCESSIONÁRIA E SISTEMAS DE
INCENTIVOS – PACS**



SUMÁRIO

1. ÍNDICES DE DESEMPENHO E QUALIDADE (IDQ)	3
2. MECANISMO DE PAGAMENTO	7
3. BÔNUS ANUAL POR DESEMPENHO	14
4. DEMANDA PROJETADA	15



1. ÍNDICES DE DESEMPENHO E QUALIDADE (IDQ)

1.1. Os índices para aferição do desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA são os constantes deste anexo.

1.2. GRAU DE SATISFAÇÃO (GS):

1.2.1. O grau de satisfação do cidadão é medido por meio de informação registrada pelo cidadão usando o teclado de avaliação ao término do ATENDIMENTO no guichê.

1.2.2. Periodicidade: Mensal

1.2.3. O grau de satisfação deverá ser calculado a partir da seguinte fórmula:

$$GS = (B1+B2)/(B1+B2+B3+B4)$$

Em que:

GS: Grau de satisfação do cidadão

B1: Número total mensal de registros de grau “Ótimo”

B2: Número total mensal de registros de grau “Bom”

B3: Número total mensal de registros de grau “Regular”

B4: Número total mensal de registros de grau “Ruim”

1.2.4. A pontuação relativa ao Grau de Satisfação do Cidadão dependerá do patamar obtido para o indicador, como demonstrado a seguir:

- Se $GS \leq 50\%$, a nota será igual a 0;
- Se $GS > 50\%$, deve-se observar a equação a seguir, adotando 2 (duas) casas decimais para fins de cálculo:

$$Nota = \frac{GS - 50\%}{50\%}$$

1.3. TEMPO MÉDIO DE ESPERA (TME):

1.3.1. Tempo médio calculado a partir da emissão da senha até o momento em que a senha é chamada no painel para ser atendida no guichê.



1.3.2. Periodicidade: Mensal.

1.3.3. O Tempo Médio de Espera na fila para ser atendido deverá ser calculado a partir da seguinte fórmula:

$$TME = (TE_1 + TE_2 + TE_3 \dots + TE_n)/n$$

Em que:

TME: Tempo Médio de Espera

$TE_{(1 \text{ a } n)}$: Tempo de Espera de uma senha atendida, calculado a partir do momento de emissão da senha na recepção e a chamada da senha no painel.

n: Numero de senhas atendidas no período.

1.3.4. Para a obtenção da Pontuação do Tempo Médio de Espera, deve-se encontrar a pontuação correspondente conforme os limites e a equação expressos a seguir:

I. Se $0 \text{ min} < TME \leq 8 \text{ minutos}$, a nota será igual a 100%;

II. Se $8 \text{ min} < TME \leq 40 \text{ minutos}$, a nota será apurada segundo o seguinte critério, adotando 2 (duas) casas decimais para fins de cálculo:

$$\text{Nota} = \left[100\% - \left(\frac{TME - 8}{32} \right) \right]$$

1.3.5. Se $TME > 40 \text{ minutos}$, a nota será igual a 0% (zero por cento).

1.3.6. Na ocorrência de eventual de PANE DO SISTEMA DE ATENDIMENTO, o limite de tolerância para o Tempo Médio de Espera será ampliado para todos os ATENDIMENTOS realizados no dia do evento, conforme os limites e a equação expressos a seguir:

I. Se $0 \text{ min.} < TME \leq 30 \text{ minutos}$, a nota será igual a 100% (cem por cento);

II. Se $30 \text{ min.} < TME < 60 \text{ minutos}$ a nota será apurada segundo o seguinte critério, adotando 2 (duas) casas decimais para fins de cálculo:

$$\text{Nota} = \left[100\% - \left(\frac{TME - 30}{30} \right) \right]$$



1.3.7. Se TME \geq 60 min., a nota será igual a 0%.

1.3.8. Destaca-se que a frequência máxima para ocorrências de PANE DO SISTEMA DE ATENDIMENTO é de 2 (dois) eventos por ano.

1.4. PERCENTUAL DE SENHAS EFETIVAMENTE ATENDIDAS (QS):

1.4.1. Quantidade de Senhas Atendidas (SA) em relação às Senhas Emitidas (SE).

1.4.2. Periodicidade: Mensal

1.4.3. O Percentual de Senhas Efetivamente Atendidas deverá ser calculado a partir da fórmula abaixo:

$$QS = (SE - SC) / SE$$

Em que:

QS: Percentual de Senhas Efetivamente Atendidas

SE: Quantidade de Senhas Emitidas

SC: Quantidade de Senhas Cancelada

1.4.4. A pontuação relativa ao Percentual de Senhas Efetivamente Atendidas dependerá do patamar obtido para o indicador, como demonstrado a seguir:

- Se $QS \leq 60\%$ a nota será igual a 0 (zero);
- Se $QS > 60\%$ deve-se observar a equação a seguir, adotando 2 (duas) casas decimais para fins de cálculo:

$$Nota = \frac{QS - 60\%}{40\%}$$

1.5. COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA (COEF):

1.5.1. O COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA – COEF será calculado com base nos indicadores descritos, nos subitens anteriores, bem como de acordo



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº /

com o percentual de respostas das pesquisas de satisfação, expresso pela fórmula a seguir:

$$PR = \frac{AA}{SE - SC}$$

Em que:

PR: Percentual de Respostas das Pesquisas de Satisfação

AA: Quantidade de ATENDIMENTOS Avaliados

SE: Quantidade de Senhas Emitidas

SC: Quantidade de Senhas Cancelada

1.5.2. As variáveis apresentadas anteriormente serão aplicadas no cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA como forma de associar o desempenho da CONCESSIONÁRIA à sua remuneração, conforme descrito neste Anexo:

1.5.3. Periodicidade: Mensal

1.5.4. O COEF será obtido por meio da seguinte expressão, sendo função do nível de resposta às pesquisas de satisfação:

$$\text{COEF} = \frac{(PR * 0,5) * PGS + PTME * 0,4 + PQS * 0,1}{(PR * 0,5) + 0,4 + 0,1}$$

Em que:

PGS: Pontuação obtida a partir do Grau de Satisfação do cidadão

PTME: Pontuação do Percentual do Tempo Médio de Espera

PQS: Pontuação Quantidade de senhas atendidas em relação a quantidade de senhas emitidas

1.5.5. O valor de COEF variará entre 0 (zero) e 1 (um) e impactará no valor das parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, na forma estabelecida nos itens 2.1.8 e 2.1.9, e conforme disposto neste ANEXO.



2. MECANISMO DE PAGAMENTO

2.1. DO CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

2.1.1. As parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA visam remunerar a CONCESSIONÁRIA pelos serviços prestados no âmbito do CONTRATO DE CONCESSÃO sendo pagas em conformidade com o disposto no EDITAL, no CONTRATO, neste ANEXO e nas PROPOSTAS TÉCNICA e COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA;

2.1.2. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será composta pelas seguintes parcelas:

- a) PARCELA 1: PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS, devida mensalmente, a partir do início da operação da primeira Unidade, presente em cada um dos LOTES DA LICITAÇÃO;
- b) PARCELA 2: PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR, devida anualmente, 12 meses após a entrada em funcionamento da última Unidade.

2.1.3. A PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS remunera a CONCESSIONÁRIA pelo número de ATENDIMENTOS efetivamente realizados.

2.1.4. A PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR remunera a CONCESSIONÁRIA, caso o número real de ATENDIMENTOS de todas as UAI seja, em qualquer ano da CONCESSÃO, inferior a 70% (setenta por cento) da DEMANDA PROJETADA TOTAL ou da DEMANDA AJUSTADA. Destaca-se que:

- a. Caso o número real total de ATENDIMENTOS seja igual ou superior a 70% (setenta por cento) da DEMANDA PROJETADA TOTAL ou da DEMANDA AJUSTADA, conforme for o caso, a PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR será igual a zero.

2.1.5. O VPA utilizado no cálculo das parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será reajustado anualmente, sempre na data de assinatura do CONTRATO, conforme a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.

2.1.6. O reajuste de que trata o item 2.1.5 não depende de homologação pelo PODER CONCEDENTE, na forma do §1º do artigo 5º da Lei 11.079/2004.

2.1.7. A CONCESSIONÁRIA não fará jus às taxas, preços públicos e outros valores cobrados dos USUÁRIOS em virtude de lei ou ato



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº /

regulamentar, devendo zelar para que a arrecadação destes valores ocorra segundo as normas vigentes.

- 2.1.8. A PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS será calculada mensalmente, como a soma dos valores devidos para cada Município em operação, a partir da seguinte equação:

$$PMA_j = \sum_{n=1}^k \{ (VPA_j \times DR_{nj}) \times [(1 - IRC) + (IRC \times COEF_{nj})] \}$$

Em que:

PMA j: PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS referente ao mês de execução dos serviços, devida para cada um dos municípios que compõe cada um dos lotes j;

VPA: VALOR PADRÃO DO ATENDIMENTO, constante da PROPOSTA COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA referente ao lote j.

DR_{nj}: DEMANDA REAL representada pelo numero de ATENDIMENTOS efetivos em cada Unidade n no mês de execução dos serviços, presente no lote j.

IRC: Impacto do IDQ sobre a REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA.

COEF_{nj}: COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA da unidade n presente no lote j, descrito no presente Anexo, referente ao mês de execução dos serviços.

n: Numero ordinal de 1 a k representando cada uma das Unidades em operação no período, pertencentes ao lote j.

j: Número ordinal que representa a quantidade de LOTES DE LICITAÇÃO, variando de 1 a 3.

- 2.1.9. O cálculo do impacto do IDQ sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, durante os 6 (seis) primeiros meses de operação de cada UAI, seguirá a seguinte lógica:

Mês de Operação	Peso do COEF sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA
1º	0% x IRC
2º	20% x IRC
3º	40% x IRC
4º	60% x IRC
5º	80% x IRC
6º	100% x IRC



- 2.1.10. O peso do COEF sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA da CONCESSIONÁRIA aumentará de forma gradativa, sendo 100% (cem por cento) de aplicação sobre o IRC na CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DA CONCESSIONÁRIA, no 6º (sexto) mês de operação.
- 2.1.11. Com o objetivo de compartilhar os riscos relativos à variação da DEMANDA REAL, o PODER CONCEDENTE assegurará, anualmente, o pagamento da PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR, na forma descrita nos itens subsequentes.
- 2.1.12. A PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR será calculada anualmente, a partir do transcurso de 12 (doze) meses da entrada em funcionamento da última Unidade. Esta parcela somente será devida caso o total de ATENDIMENTOS efetivamente realizados durante o ano seja inferior a 70% (setenta por cento) da demanda projetada (conforme item 2.1.20) ou da demanda ajustada (conforme item 2.1.21).
- 2.1.13. A primeira PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR somente será devida caso a DEMANDA REAL de todas as UAIs, após um ano de entrada em funcionamento da última unidade, for inferior a 70% (setenta por cento) da DEMANDA PROJETADA TOTAL, sem prejuízo da redução da parcela em decorrência da aplicação do COEF, observadas as fórmulas dispostas no item 2.1.20.
- 2.1.14. A partir do término do período de 12 (doze) meses de que trata o item 2.1.13, será apresentada pelo PODER CONCEDENTE uma DEMANDA AJUSTADA para os 2 (dois) anos subsequentes;
- 2.1.15. As PARCELAS COMPLEMENTARES ANUAIS subsequentes à parcela de que trata o item 2.1.13, somente serão devidas caso a DEMANDA REAL do ano a que se refere tiver sido inferior a 70% (setenta por cento) da DEMANDA AJUSTADA para aquele ano.
- 2.1.16. As PARCELAS COMPLEMENTARES ANUAIS subsequentes corresponderão à diferença entre a DEMANDA REAL verificada no período e 70% (setenta por cento) da DEMANDA AJUSTADA, sem prejuízo da redução da parcela em decorrência da aplicação do COEF, observado as fórmulas de que trata os itens 2.1.20 e 2.1.21.
- 2.1.17. A DEMANDA AJUSTADA será apresentada para cada período de 2 (dois) anos da CONCESSÃO, a qual será revisada periodicamente pelo PODER CONCEDENTE a cada 2 (dois) anos.
- 2.1.18. A DEMANDA AJUSTADA será informada à CONCESSIONÁRIA no prazo de até 3 (três) meses anteriores ao início de cada período de que



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº /

trata a o item 2.1.17, devendo a CONCESSIONÁRIA adaptar a sua operação a essa nova demanda.

2.1.19. Para fins de cálculo da DEMANDA AJUSTADA, o PODER CONCEDENTE considerará o histórico de DEMANDA REAL verificado nos 12 (doze) meses antecedentes nas UAI administradas pela CONCESSIONÁRIA.

2.1.20. Ao término do primeiro ano, contado da entrada em funcionamento da última unidade, A PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR do lote j , será calculada conforme a seguinte equação:

$$PAC_j = \left[VPA_j \times \max\{(70\% DP_{T_{1j}} - DRT_{1j}), 0\} \right] \times \left[(1 - IRC) + \left(IRC \times \frac{\sum_{T=1}^{12k} COEF_T}{12k} \right) \right]$$

Em que:

j : Numero ordinal que representa a quantidade de LOTES DE LICITAÇÃO, variando de 1 a 3.

PAC_j : PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR referente ao lote j .

VPA_j : VALOR PADRÃO DO ATENDIMENTO referente ao lote j , constante da PROPOSTA COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA.

DPT_{1j} : DEMANDA PROJETADA TOTAL, para todos os serviços prestados por todas as Unidades presentes no lote j , referente ao período de pagamento, estabelecida conforme Demanda Projetada Total constante no item 4 deste ANEXO ou recalculada na forma do item 2.1.19.

DRT_{1j} : Soma da Demanda Real, para todos os municípios presentes no lote j durante o ano 1.

IRC : Impacto do IDQ sobre a REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA.

T : Número ordinal de 1 a $12k$, que representa o total de COEF's apurados no ano, para cada lote j .

k : Total de Unidades em operação no Período, pertencentes ao lote j .

$COEF_{Tj}$: COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA do mês T , referente à Unidade n presente no lote j .



2.1.21. Ao término dos anos subsequentes, ou seja, a partir do segundo ano contado após a entrada em operação da última unidade, a PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR será calculada conforme a seguinte equação:

$$PAC_j = \left[VPA_j \times \max\{ (70\% DAT_{1j} - DRT_{1j}), 0 \} \right] \times \left[(1 - IRC) + \left(IRC \times \frac{\sum_{T=1}^{12k} COEF_T}{12k} \right) \right]$$

Em que:

j : Número ordinal que representa a quantidade de LOTES DE LICITAÇÃO, variando de 1 a 3.

PAC_j : PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR referente ao lote j .

VPA_j : VALOR PADRÃO DO ATENDIMENTO referente ao lote j , constante da PROPOSTA COMERCIAL da CONCESSIONÁRIA.

DAT_j : DEMANDA AJUSTADA TOTAL DO LOTE J, na forma do item 2.1.14 deste anexo e destinada a compor o sistema de partilha entre as PARTES de risco pela variação da DEMANDA REAL na forma disposta do item 2.1.11 deste ANEXO.

DRT_{1j} : Soma da Demanda Real, para todos os municípios presentes no lote j durante o ano 1.

IRC : Impacto do IDQ sobre a REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA.

T : Numero ordinal de 1 a $12k$, que representa o total de COEF's apurados no ano, para cada lote j .

k : Total de Unidades em operação no Período, pertencentes ao lote j .

$COEF_T$: COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA do mês T , referente à Unidade n presente no lote j .

2.1.22. A CONCESSIONÁRIA reconhece que as parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA previstas neste anexo, em conjunto com as regras de recomposição de equilíbrio financeiro descritas no ANEXO V e do CONTRATO, são suficientes para a adequada remuneração dos SERVIÇOS UAI; para a amortização dos seus investimentos; para o retorno econômico almejado e para a



cobertura de todos os custos diretos e indiretos que se relacionem ao fiel cumprimento no CONTRATO, na conformidade de sua PROPOSTA COMERCIAL, descabendo-lhe qualquer outra reivindicação perante o PODER CONCEDENTE.

2.2. DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

- 2.2.1. As parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA somente começarão a serem pagas a partir da efetiva disponibilização dos SERVIÇOS UAI pela CONCESSIONÁRIA, observados os padrões técnicos e de eficiência descritos no CONTRATO e neste anexo.
- 2.2.2. A PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS será paga mensalmente, a partir do mês subsequente a entrada em operação da primeira UAI, presente em cada LOTE DE LICITAÇÃO, de forma proporcional ao número de ATENDIMENTOS efetivamente realizados, sendo que nos primeiros seis meses serão respeitados o disposto no item 2.1.9.
- 2.2.3. Para o recebimento da PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução dos SERVIÇOS UAI, fatura correspondente, acompanhada do relatório contendo a medição do COEF e a DEMANDA REAL pelos SERVIÇOS UAI no período, discriminada por município, e enviá-la ao PODER CONCEDENTE.
- 2.2.4. A fatura deverá incluir e discriminar os eventuais descontos decorrentes da aplicação do COEF.
- 2.2.5. Em eventual discordância por parte do PODER CONCEDENTE com relação à fatura e ao COEF calculados pela CONCESSIONÁRIA, o mesmo pagará até o montante que julgar procedente, podendo ambas as partes, para fim de resolução do impasse, recorrer à solução amigável por meio da convocação do Comitê de Governança, nos termos da CLÁUSULA XI do CONTRATO.
- 2.2.6. O pagamento da PARCELA MENSAL POR ATENDIMENTOS será realizado mensalmente pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos documentos referidos no item 2.2.3 e 2.2.4 deste ANEXO.
- 2.2.7. A PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR será paga anualmente, a partir do mês subsequente ao 12º (décimo segundo) mês após a entrada em operação de todas as UAI.
- 2.2.8. Para o recebimento da PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos aniversários anuais da entrada em operação da última unidade, fatura correspondente, e enviá-la ao PODER CONCEDENTE.



- 2.2.9. A fatura deverá incluir e discriminar os eventuais descontos decorrentes da aplicação do COEF.
- 2.2.10. O pagamento da PARCELA ANUAL COMPLEMENTAR será realizado anualmente pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento dos documentos de que tratam o item 2.2.15.
- 2.2.11. O valor das parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA variará em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços, conforme a aplicação do COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA (COEF), obtido por meio da apuração dos índices de desempenho e de qualidade, na forma estabelecida no item 1 deste anexo.
- 2.2.12. Em decorrência da aplicação do item 2.2.11, e/ou da variação da DEMANDA REAL, as parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA poderão ser inferiores aos valores projetados na documentação constante da PROPOSTA COMERCIAL.
- 2.2.13. As parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA serão pagas pelo PODER CONCEDENTE, mediante recursos oriundos de seu orçamento.
- 2.2.14. O PODER CONCEDENTE realizará todos os atos necessários à elaboração e execução de seu orçamento de modo a proporcionar o pagamento das parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.
- 2.2.15. O recebimento de qualquer das parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pela CONCESSIONÁRIA fica condicionado à apresentação dos comprovantes de recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias, tais como FGTS, INSS e PIS, referentes aos seus respectivos empregados, bem como à apresentação de comprovantes de regularidade com a Dívida Ativa da União e as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.
- 2.2.16. A Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais fica responsável por verificar a exatidão do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA.
- 2.2.17. O pagamento das faturas relacionadas à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA será feito mediante crédito das importâncias correspondentes em favor da CONCESSIONÁRIA, em conta corrente mantida junto ao banco por esta indicado ao PODER CONCEDENTE, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco como recibo.



3. BÔNUS ANUAL POR DESEMPENHO

3.1. O recebimento do Bônus Anual por Desempenho será atribuído a apenas uma das CONCESSIONÁRIAS que apresentar a maior média dos valores mensais do COEF no final de 12 (doze) meses, contado do primeiro mês de operação da última UAI a ser implantada.

3.2. Cabe ressaltar que o cálculo do Bônus Anual por Desempenho só entrará em vigor a partir de Janeiro do primeiro ano civil no qual todas as unidades estejam devidamente implantadas e em operação, independente do LOTE DE LICITAÇÃO de referência. Para fins de cálculo será adotado o intervalo de 12 (doze) meses, englobando o período de Janeiro a Dezembro do referido ano.

3.3. O cálculo do Bônus Anual por Desempenho não entrará em vigor nas seguintes circunstâncias:

3.3.1. Caso dois dos três lotes licitados não possuam contrato efetivamente assinado;

3.3.2. Caso alguma unidade pertencente a qualquer um dos lotes licitados não seja implantada, ou não possua no mínimo 12 (doze) meses de operação.

3.3.3. Caso exista somente um único vencedor da licitação para os 3 (três) LOTES DA LICITAÇÃO.

3.4. O Bônus Anual por Desempenho será pago pela CONCESSIONÁRIA que obteve o maior COEF médio no final de 12 (doze) meses, desde que o resultado seja superior a 95% (noventa e cinco por cento).

3.5. O valor do Bônus Anual por Desempenho deverá ser calculado conforme a seguinte equação:

$$\text{FATOR N} = \text{MÁXIMO} \left(\frac{\sum_{T=1}^{12k} \text{COEF}_{T_{\text{Lote 1}}}}{12k}; \frac{\sum_{T=1}^{12k} \text{COEF}_{T_{\text{Lote 2}}}}{12k}; \frac{\sum_{T=1}^{12k} \text{COEF}_{T_{\text{Lote 3}}}}{12k} \right) \times 1\% \times \sum_{m=1}^{12} CP_m$$

Em que:

Fator N: Corresponde ao Bônus Anual por Desempenho.



k: Total de Unidades em operação no período de 12 (doze) meses, pertencentes ao lote j .

j: Número ordinal que representa a quantidade de LOTES DE LICITAÇÃO, variando de 1 a 3.

COEF_{T lote j}: COEFICIENTE DE EFICIÊNCIA do mês T , referente à Unidade n presente no lote j .

CP_m: Contraprestação pecuniária efetivamente paga no mês m , do LOTE DE LICITAÇÃO ganhador do Bônus Anual por Desempenho.

3.6. O pagamento do Bônus Anual por Desempenho será realizado anualmente pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos documentos referidos no item 2.2.15, sendo o depósito efetuado no mês de Fevereiro do ano subsequente ao ano de referência.

3.7. Em caso de empate no primeiro ano de cálculo não haverá pagamento do bônus.

3.8. Em caso de empate nos anos subsequentes, prevalecerá a CONCESSIONÁRIA que apresentar o maior valor médio de COEF relativo ao ano de referência mais recente, no qual não tenha ocorrido empate.

3.9. Se todos os COEF's forem idênticos ao longo do tempo, e não for possível a aplicação do critério apresentado no item 3.8, nenhum valor relativo ao Bônus Anual de Desempenho será devido pelo PODER CONCEDENTE.

4. DEMANDA PROJETADA

4.1. A demanda apresentada individualmente para cada município é exclusivamente referencial. O compartilhamento de risco de demanda está incorporado na formula utilizada para cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA apresentada neste ANEXO.

4.2. Independentemente dos serviços a serem indicados pelo PODER CONCEDENTE a serem prestados nas UAI, o compartilhamento de demanda entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA é definido em 70% (setenta por cento) da demanda total de cada LOTE DE LICITAÇÃO.

4.2.1. A DEMANDA PROJETADA TOTAL de cada LOTE DE LICITAÇÃO é dada pela soma das demandas projetadas para cada unidade. Considerando que unidades podem ser implantadas no meio de um



exercício, deve-se calcular qual é a demanda *pro rata* referente aos meses remanescentes no ano de implantação.

- 4.3. Com o objetivo de manter a projeção de demanda atualizada no curso da execução do contrato, será promovida uma rotina de ajustes descrita no CONTRATO.
- 4.4. A seguir apresenta-se a demanda projetada para a quantidade de ATENDIMENTOS nos anos da concessão, bem como a metodologia utilizada para se obter esta projeção.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº /

4.5. PROJEÇÃO DE DEMANDA

	PROJEÇÃO DE DEMANDA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	TOTAL
L O S T E	N BARREIRO	22947	276885	278349	279758	281119	282436	283711	284947	286152	287329	288480	289608	290716	291807	292882	293943	294991	296029	4902089
	O PARACATU		103760	104393	105003	105592	106161	106713	107247	107768	108276	108773	109260	109739	110210	110674	111132	111585	112033	1838319
	R PATOS DE MINAS		105893	106636	107352	108043	108711	109358	109986	110598	111196	111781	112355	112919	113474	114021	114561	115095	115624	1887603
	E UBERABA		154752	154748	154744	154742	154738	154736	154734	154732	154730	154728	154726	154724	154722	154720	154718	154716	154715	2630425
	S SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO		63494	63802	64099	64385	64661	64930	65190	65443	65690	65932	66169	66402	66631	66857	67080	67300	67518	1115583
	T PASSOS		84211	84708	85186	85648	86095	86527	86947	87356	87755	88146	88529	88905	89275	89640	90000	90356	90709	1489993
E	DIVINÓPOLIS		223023	225075	227050	228957	230803	232589	234322	236011	237661	239276	240861	242419	243953	245467	246962	248442	249908	4032779
L O S T E	S BARRO PRETO	23797	287152	288670	290132	291543	292909	294232	295514	296764	297984	299178	300348	301497	302628	303743	304843	305930	307006	5083870
	U POUSO ALEGRE		139209	140636	142009	143335	144617	145860	147065	148240	149388	150512	151614	152698	153766	154820	155861	156891	157912	2534433
	D POÇOS DE CALDAS		179730	180881	181987	183057	184091	185093	186064	187011	187936	188841	189728	190600	191458	192304	193140	193966	194784	3190671
	E LAVRAS		80713	81456	82171	82861	83529	84176	84804	85416	86014	86599	87173	87738	88294	88843	89385	89921	90452	1459545
	S SÃO JOÃO DEL REI		117909	118532	119132	119712	120273	120816	121342	121855	122356	122846	123326	123798	124262	124720	125172	125618	126060	2077729
	T BARBACENA		102254	102960	103640	104297	104932	105547	106143	106724	107292	107848	108393	108928	109455	109975	110488	110995	111497	1821368
E	MURIAÉ		90683	91093	91487	91868	92236	92593	92939	93276	93605	93927	94242	94552	94856	95156	95452	95744	96033	1589742
L O S T E	N VENDA NOVA	21016	254647	256998	259260	261445	263560	265607	267592	269527	271417	273267	275082	276866	278623	280356	282068	283762	285440	4626533
	O ARAÇUAÍ		47792	47910	48023	48133	48239	48342	48442	48539	48634	48727	48818	48907	48995	49081	49166	49250	49333	826331
	R CARATINGA		104907	105479	106031	106562	107078	107576	108060	108532	108993	109444	109886	110320	110747	111168	111584	111995	112402	1850764
	D CORONEL FABRICIANO		85106	85472	85824	86165	86494	86812	87121	87422	87716	88003	88285	88562	88834	89102	89367	89629	89888	1489802
	E CURVELO		103113	103745	104355	104945	105514	106067	106601	107121	107629	108126	108613	109091	109561	110024	110481	110933	111380	1827299
	S DIAMANTINA		51252	51382	51506	51627	51742	51855	51964	52070	52173	52274	52373	52470	52565	52659	52752	52843	52933	886440
	T PONTE NOVA		79550	79726	79894	80057	80214	80367	80515	80660	80802	80941	81077	81211	81343	81473	81601	81728	81854	1373013
	E SETE LAGOAS		166710	167728	168706	169652	170565	171451	172310	173147	173965	174765	175550	176321	177080	177828	178567	179297	180020	2953662
	TEÓFILO OTONI		118092	119403	120665	121884	123063	124205	125312	126391	127446	128478	129491	130487	131468	132436	133393	134340	135279	2161833

Obs.: Os dados de ATENDIMENTO das UAI em 2012 utilizados para projeção foram obtidos por meio do sistema de gestão das UAI no período compreendido entre jan/12 a jul/12.



- 4.5.1. Como metodologia para a projeção de demanda utilizou-se a taxa de crescimento populacional previsto para os municípios, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação João Pinheiro (FGV), multiplicada pelos dados de ATENDIMENTOS de 2011.